

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: A ‘privatização’ da PPSA e o direito das gerações futuras	2
Título: PPSA	3
Título: Destaques	4
Título: Distribuidoras têm piora dos balanços	5
Título: CVM vai julgar conduta de ex-gestores da Petrobras.....	7
Título: Refit buscará indenização do RJ após vitória obtida no STF	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: » Sustentável.	10
Título: Congresso quer reforma tributária ‘verde’	10
Título: 3 perguntas para.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: TOMADA LIGADA	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Lei do Gás acaba com o retrocesso.....	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/08/2020****Seção: Opinião****Autor:****Título: A 'privatização' da PPSA e o direito das gerações futuras**

Pelos valores envolvidos, nenhuma das privatizações pretendidas atualmente pelo governo federal é - ou deveria ser - tão controversa quanto a da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), criada em 2013 para gerir contratos de partilha da produção petrolífera em águas ultraprofundas. Estimativas da área econômica indicam a possibilidade de arrecadação de até R\$ 500 bilhões, o que corresponde a cerca de 7% do PIB, com essa operação. A rigor, é bem verdade que não se trata de “privatizar” nada, mas de uma venda de ativos (contratos da União gerenciados pela estatal) antecipando receitas futuras.

Há que se lembrar a própria polêmica em torno do nascimento da PPSA. O país vinha de uma década de experiência bem sucedida com o modelo de concessão e leilões anuais de exploração de novas áreas. A combinação de baixíssimo risco exploratório, qualidade do óleo e preços internacionais nas alturas fez os governos da época levarem adiante uma reviravolta no modelo como forma de imprimir um “passaporte para o futuro” - expressão usada por Dilma Rousseff em seu primeiro discurso de posse como presidente.

Os resultados foram, com boa vontade, duvidosos. O país ficou cinco anos sem leilões, viu afundar a tentativa de construção de uma indústria naval e engessou o desenvolvimento do pré-sal mediante a exigência de ter a Petrobras como operadora única dos campos no momento em que a estatal alcançava o indesejável título de petroleira mais endividada do mundo. A criação da PPSA, no âmbito das mudanças regulatórias promovidas à época, provou-se desnecessária. Embora enxuta, com um quadro de 55 servidores, ela tornou-se mais um peso na intrincada burocracia do Estado.

Nos contratos de partilha, o poder público arrecada de quatro formas diferentes. Uma é o conjunto de impostos e tributos aplicados sobre a cadeia produtiva. A segunda são os royalties, que equivalem a 15% da produção. A terceira, bônus de assinatura pagos à vista pelas empresas vitoriosas nos leilões do pré-sal. Por último, vem o lucro-óleo. Nesse último caso, a União fica com uma parte (em barris) de tudo o que as petroleiras retiram de seus blocos, descontando os custos de extração, auditados pela PPSA. À estatal cabe, finalmente, ir ao mercado e encontrar compradores para a fatia pertencente à União.

No campo de Libra, primeiro licitado sob o regime de partilha, o lucro-óleo ficou em 41,65%. Nas áreas de Búzios e Itaipu, leiloadas no ano passado como excedentes da cessão onerosa, esses percentuais são de 23,24% e 18,15% respectivamente. Segundo o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, considerando todos os contratos gerenciados pela PPSA suas atividades podem gerar receitas de R\$ 1,5 trilhão em 30 anos.

O que se tem chamado figurativamente de “privatização” da PPSA seria vender os direitos sobre esses contratos. Na leitura da área econômica, isso mitigaria ou eliminaria o risco de perdas no valor dos ativos da União, já que os preços do petróleo no futuro são muito incertos e novas tecnologias, como carros elétricos, podem tomar o espaço hoje ocupado por combustíveis fósseis. Esse risco ficaria nas mãos da iniciativa privada e o governo, ao se apropriar imediatamente dos recursos que teria mais à frente, poderia usá-los no abatimento da dívida pública.

Para fazer sentido financeiro, a taxa de desconto sobre essas receitas futuras deve ganhar dos juros de longo prazo dos títulos públicos, tornando a mera rolagem da dívida um processo mais caro para a União do que a alternativa de vender os ativos do pré-sal. Na ponta do lápis, a ideia não é absurda. Diante das ações para combater os efeitos sociais e econômicos da pandemia, projeta-se que o déficit primário alcançará cerca de R\$ 800 bilhões neste ano, elevando o endividamento bruto para níveis próximos de 100% do PIB.

O grande dilema, no entanto, é moral: seria justo tirar das gerações futuras, que já enfrentarão um planeta machucado pela queima de combustíveis fósseis, a decisão de usar como queiram o dinheiro obtido com recursos energéticos finitos? No limite, se for para mitigar riscos e abater dívida no presente, o governo colocaria todo o esforço arrecadatário de novos leilões em cheques à vista estratosféricos e receitas menores ao longo do contrato. Isso não parece razoável.

Pelas projeções da Agência Internacional de Energia (AIE), a demanda global por petróleo ainda vai subir dos atuais 96,9 milhões para 106,4 milhões de barris por dia em 2040, sobretudo por causa do apetite asiático. O que poderia ser considerado seria aperfeiçoar o ambiente regulatório e acelerar o leilão de mais áreas, sem cair nas tentações de curto prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: PPSA

Cartas de Leitores

Em resposta à carta do leitor Humberto Viana Guimarães, publicada na edição de 20/8, o **Ministério de Minas e Energia** afirma que a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A empresa conta com um quadro de 55 profissionais de alta performance e é responsável pela gestão dos Contratos de Partilha de Produção, pela gestão da comercialização de petróleo e gás natural pertencente à União, além de atuar como representante da União nos Acordos de Unitização dentro do polígono do pré-sal.

O Ministério esclarece que o principal valor da PPSA está na maximização dos resultados econômicos dos contratos de partilha de produção e na comercialização de petróleo e gás natural pertencentes à União. A empresa não detém a propriedade de qualquer reserva ou produção.

Assessoria de Comunicação Social do Ministério de Minas e Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Manganês ilegal do Pará

Carga ilegal de 70 mil toneladas de minério de manganês foi apreendida na sexta-feira pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O material foi interceptado no Porto de Vila do Conde, principal base de exportação paraense, no município de Barcarena (PA), a 40 km ao sul de Belém. Segundo informou a ANM, a carga de minério é avaliada em R\$ 60 milhões e se destinava ao mercado chinês. O manganês é usado na fabricação de várias ligas, entre elas ferro-manganês, aplicada na produção de aço. O minério apreendido, disse a ANM, foi extraído no sul do Pará de forma ilegal. Foram aplicados quatro autos de apreensão contra as empresas Sigma Extração de Metais (37 mil toneladas), Timbro Comércio Exterior (18 mil), RMB Manganês (3 mil) e Chin Vest Comércio Importação e Exportação (12 mil toneladas). Conforme a ANM, nenhuma delas tem autorização de extração para manganês. A Timbro tinha autorização para garimpo, o que não é permitido para manganês.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/08/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Distribuidoras têm piora dos balanços**

Penalizadas pela pandemia, as distribuidoras de energia elétrica assistiram a uma deterioração dos seus balanços no segundo trimestre. Levantamento realizado pelo **Valor Data** mostra que a tendência geral foi de piora das principais métricas das grandes companhias que atuam no segmento. Foram comuns, por exemplo, quedas de dois dígitos no Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O comportamento, já antecipado pelas próprias empresas e pelo mercado, reflete principalmente dois efeitos. De um lado, a redução da atividade econômica provocou queda da demanda de energia, o que prejudicou a receita. De outro, a inadimplência no pagamento da conta de luz aumentou, o que diminuiu a arrecadação.

Carolina Carneiro, analista do Credit Suisse, aponta que as empresas tiveram impactos distintos no Ebitda principalmente por causa das diferentes regiões em que atuam. “Olhando para o indicador de volume, vemos que as companhias com subsidiárias no Nordeste e Sudeste sofreram muito mais do que às que estão no Norte e Centro-Oeste”. Ela observa ainda que os impactos foram relativamente menores para as empresas “integradas”, que operam em outros segmentos e estão menos expostas em distribuição, em comparação com as distribuidoras “puras”.

Segundo especialistas, é difícil quantificar o tamanho do prejuízo da covid-19 nos resultados das distribuidoras e, principalmente, entender o que poderá ser reconhecido pelo regulador em futuros pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro. Esse é um debate que promete ser extenso e foi iniciado na semana passada, com a abertura de uma consulta pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para discutir o tema.

Uma das marcas mais evidentes da pandemia nos balanços é a escalada das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”). De acordo com as empresas, a constituição dessas provisões se intensificou entre abril e junho já que uma das principais ferramentas de combate à inadimplência - o corte de fornecimento de energia - não era uma opção. Por determinação da Aneel, os cortes de energia ficaram suspensos para algumas classes de consumidores do fim de março e até fim de julho.

Informações coletadas junto às companhias mostram que os provisionamentos tiveram aumentos expressivos. Na Light, a provisão atingiu R\$ 223 milhões, 81% maior que a verificada no primeiro trimestre e quase o triplo de um ano antes. Para a CPFL, o provisionamento para inadimplência foi de R\$ 79,3 milhões, aumentos de 37% na base trimestral e de 23,3% na anual. Nas distribuidoras da Neoenergia, esse valor somou R\$ 209 milhões, alta de 194% em um ano.

Em teleconferências, as empresas sinalizam que o pior momento já passou. De modo geral, comentam já ter visto uma retomada recente da demanda e normalização dos índices de inadimplência. Porém, insistem que o horizonte não está totalmente livre de riscos - por exemplo, em regiões que concentram mais consumidores de baixa renda, a expectativa é de que a inadimplência possa sofrer com o possível fim do auxílio emergencial.

Para Gabriel Francisco, analista da XP Investimentos, o momento econômico turbulento reduz a atratividade das distribuidoras. “Da cadeia do setor elétrico, é o segmento mais volátil de resultado de fluxo de caixa. Só vale ter mais exposição a esse setor quando tivermos um horizonte positivo.” Ele observa que, para as geradoras e transmissoras, os efeitos foram praticamente nulos - nenhuma delas registrou, nos balanços, impactos materiais relacionados à covid-19.

Passado o momento mais crítico da crise, as empresas estão concentradas no debate sobre o processo de reequilíbrio das concessões por efeitos da pandemia. Embora tenham acessado a “Conta Covid”, empréstimo emergencial que ajudou a evitar piores estragos em todo o setor elétrico, as distribuidoras entendem que ainda têm direito à recomposição dos efeitos econômicos gerados pela crise às concessões.

Para o presidente da Abradee (associação das distribuidoras), Marcos Madureira, as primeiras sinalizações da Aneel sobre as revisões tarifárias extraordinárias (RTEs) da pandemia foram negativas. Segundo ele, a metodologia proposta não dá o tratamento adequado aos efeitos sofridos pelas concessionárias. O principal problema está na interpretação sobre a queda da demanda. “Em condições normais, variações do mercado são assumidas pela distribuidoras. Porém, o que estamos vivendo é um evento extraordinário, não estava previsto na tarifa da distribuidora.”

O representante das distribuidoras diz não ver necessidade de que as compensações às elétricas sejam dadas neste momento, porém cobra uma metodologia adequada para que isso ocorra mais para a frente.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, tem uma posição semelhante. Para ele, medidas de isolamento social impostas pelos governos

evidenciam que a situação atual não é comum e um simples “risco de mercado”. “O tratamento dado a essa questão [pela Aneel] é muito preocupante, porque induz à judicialização, gera um grau de insegurança indesejável ao setor e ameaça a credibilidade da regulação”.

Carolina, do Credit Suisse, avalia que a Aneel teve uma interpretação mais cautelosa do problema. “O regulador entendeu que, apesar do impacto relevante, talvez a ‘Conta Covid’ tenha tido sucesso em evitar um extremo estresse financeiro das distribuidoras”. Um ponto “inesperado”, diz, foi a proposta de que as empresas migrem para novos contratos de concessão, com cláusulas novas. “Nas nossas análises, não considerávamos como dadas essas RTEs. Entendemos que as empresas vão querer isso, e é uma questão de calibrar o que o regulador vai considerar justo.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol e André Ramalho — Do Rio

Título: CVM vai julgar conduta de ex-gestores da Petrobras

A conduta dos administradores e conselheiros da Petrobras na construção da refinaria Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), nos governos Lula e Dilma, será tema de análise da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em cinco julgamentos marcados para hoje e amanhã. No rol de acusados há 46 pessoas mais duas empresas de auditoria. Os nomes envolvem ex-presidentes, diretores e conselheiros da estatal, a ex-presidente Dilma Rousseff e os ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci.

O regulador vai decidir se os acusados atuaram com a “diligência necessária”, ou seja, se decidiram em prol dos interesses da companhia nas duas obras. Também irão avaliar se os então executivos da estatal deixaram de reconhecer baixas contábeis nas duas refinarias. No limite, em caso de condenação, e se todos receberem a multa máxima de R\$ 500 mil, o total de penalidades pode superar R\$ 50 milhões. Mas, além dos valores das multas poderem variar, também é possível inabilitar ou aplicar advertência aos executivos que não forem absolvidos. E, mais uma vez, discussões sobre a prescrição dos casos podem permear os julgamentos.

Os julgamentos são relevantes uma vez que os escândalos de corrupção na Petrobras marcaram o governo do PT. E casos de superfaturamento e propinas nas obras dos dois projetos foram presenças constantes na Operação Lava-Jato. O desperdício de dinheiro na construção das duas refinarias foi bilionário, segundo as investigações. Desde 2014, a estatal contabilizou baixas contábeis

de cerca de R\$ 45 bilhões por perdas por redução ao valor recuperável do ativo (impairment") nas duas refinarias. O atual presidente da companhia, Roberto Castello Branco, costuma se referir ao Comperj e à Rnest como “cemitérios da corrupção”.

Em dezembro de 2019, a CVM aplicou multas no total de R\$ 1,7 milhão e inabilitou os ex-diretores da empresa Nestor Cerveró, por 15 anos, e Jorge Zelada, por 18 anos. Os julgamentos analisaram irregularidades nas contratações de quatro navios-sonda pela estatal. Nestes casos, a autarquia havia acusado outros ex-integrantes da diretoria. No entanto, por maioria, o colegiado considerou que o processo em relação aos outros acusados havia prescrito e o mérito não foi julgado para nomes como Dilma, Mantega e Palocci, além dos ex-presidentes da Petrobras José Sergio Gabrielli e Maria das Graças Foster.

Prevaleceu à época o entendimento que haviam se passado os cinco anos do prazo legal para uma violação administrativa, caso das condutas analisadas pela CVM. O colegiado considerou que, nos casos de Cerveró e Zelada, havia crimes claros, e a prescrição deveria acompanhar o Código Penal: só deveria ocorrer após 16 anos. Por isso foram julgados e condenados.

Agora, nos casos sobre o dever de diligência dos ex-executivos nas duas obras, em teoria, existe a mesma discussão sobre qual o prazo que se aplica a cada um. Para a área técnica da CVM, o entendimento é de que vale o prazo de 16 anos, pois o pagamento de propina a agentes públicos administradores da Petrobras por empresas fornecedoras de serviços seria conduta ilícita prevista no Código Penal.

No caso da Abreu e Lima, em Pernambuco, a CVM analisa a conduta de 17 acusados, incluindo Dilma, Mantega, o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho, além de Gabrielli e Graça Foster. Para a acusação, a estatal “padecia de relevantes e duradouras deficiências de controles internos, o que era terreno fértil para irregularidades.”

Relativo ao Comperj, são 27 envolvidos. No inquérito, a acusação entendeu que haveria sinais de alerta concretos acerca dos problemas enfrentados pelo projeto que não teriam sido devidamente observados pelos administradores.

Em 2019, a Petrobras chegou a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de R\$ 815 milhões com o Ministério Público do Estado do Rio e com o governo fluminense para compensar parte de perdas sociais e ambientais devido à paralisação do Comperj, renomeado de Gasclub. A Rnest, por sua vez, é uma das oito refinarias colocadas à venda pela companhia.

Um terceiro processo tem 40 acusados de ex-diretorias. Para a CVM, foram ignorados por cinco anos indícios de que a Abreu e Lima e o Comperj valiam menos do que constava no balanço da estatal. Na visão da acusação, a companhia deveria ter reconhecido baixas contábeis nos ativos de 2010 a 2013, o que não aconteceu, e ampliado o escopo da reavaliação dos valores feita em 2014 para Abreu e Lima. Este caso também inclui entre os acusados os ex-presidentes da Petrobras Ivan Monteiro e Aldemir Bendine.

Amanhã também serão julgados auditores independentes que trabalharam nas demonstrações financeiras da Petrobras. Um dos casos compreende os anos de 2009 a 2011 e o outro, de 2012 a 2014. Entre os acusados estão as auditorias KPMG, PwC e seus sócios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Refit buscará indenização do RJ após vitória obtida no STF

Após decisão favorável no Supremo Tribunal Federal (STF), a Refit (Refinaria de Petróleo de Manguinhos) informou no sábado que vai buscar uma “solução amigável, que respeite a grave situação fiscal do Rio e ao mesmo tempo garanta os direitos da empresa a uma indenização justa”, conforme nota do advogado da empresa, Ricardo Magro.

Em fato relevante, a Refit informou que o STF confirmou a nulidade do decreto estadual de 2012 que desapropriou o terreno onde fica a companhia, em julgamento de um agravo regimental. Discutiu-se validade do decreto 43.892, do Estado do Rio, que declarou de utilidade pública e para fins sociais o terreno da Refit - na Avenida Brasil, em Benfica. O decreto estava suspenso desde 2013 por decisão do ministro Gilmar Mendes.

A maioria dos ministros do STF decidiu, em sessão virtual, sexta-feira à noite, pela nulidade do decreto. Eles entenderam que a desapropriação foi ilegal porque o terreno não era de propriedade do Estado, e sim da União.

“Tendo em vista a manifesta impossibilidade de desapropriação, pelo Estado do Rio de Janeiro, do terreno objeto do Decreto expropriatório questionado nos autos, por abranger bem pertencente à União, não há o que reparar na decisão agravada”, escreveu Mendes, relator, em seu voto. Seguiram o relator o presidente do STF, Dias Toffoli, e os ministros Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Alexandre de Moraes.

De acordo com a assessoria de Magro, a desapropriação do terreno provocou uma forte queda no valor das ações da empresa. Meses depois, em 2013, ela entrou em recuperação judicial.

“A companhia agora espera que os graves danos sejam reparados, uma vez que o próprio Supremo Tribunal Federal reconhece a nulidade do decreto”, disse Magro. “Os valores são relevantes, mas entendemos que o momento atual não comporta que o Estado tenha mais essa despesa.”

Ainda segundo a assessoria de Magro, a ação em tramitação no STF não envolve pedido de indenização. No entanto, a Refit já obteve direito a pagamento de danos materiais na primeira instância. O valor estipulado pela Justiça do Rio foi de R\$ 700 milhões, que, atualizados, chega a R\$ 2 bilhões.

Essa indenização é calculada com base no prejuízo com a queda no valor das ações em Bolsa no dia em que a desapropriação foi decretada pelo então governador do Rio, Sérgio Cabral. Existe ainda um processo em aberto sobre danos morais, sem valores definidos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/08/2020

Seção: Colunas

Autor: LETICIA PAKULSKI, CLARICE COUTO e ISADORA DUARTE

Título: » Sustentável.

Coluna do BroadcastAgro

A expectativa de que o **Ministério de Minas e Energia** defina, enfim, a meta de emissões dos créditos de descarbonização, os Cbios, fez disparar o registro desses papéis na B3, onde o número de títulos registrados passou de 1,2 milhão em junho para 6,1 milhões na sexta-feira. O fato de que usinas de etanol e de biodiesel já começam a negociar os papéis estimula as operações, diz Caroline Perestrelo, superintendente executiva do segmento Corporate para o Agro do Santander, que lidera escriturações de Cbios, com 77% do total.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/08/2020

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Congresso quer reforma tributária ‘verde’

Parlamentares avaliam imposto sobre carbono e isenções para quem poluir menos

Camila Turtelli

Em um momento de desgaste internacional causado pelos desencontros do governo Jair Bolsonaro na agenda de preservação do meio ambiente, o Congresso tenta usar a reforma tributária para fincar uma bandeira verde na retomada da economia. Com o aval do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), entidades de defesa ambiental passaram a se reunir com parlamentares para a criação de uma “proposta tributária verde”. A intenção é acoplar as sugestões ao relatório do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), em gestação na comissão mista do Congresso.

A reforma tributária verde quer, por exemplo, vetar isenções tributárias a setores e atividades em desacordo com metas de emissões de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, criar uma compensação para os que contribuem com a redução das emissões. Além disso, os ambientalistas propõem a destinação de 0,5% da arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para um fundo especial de governança local sustentável. Os consultores técnicos que auxiliam o relator da reforma tributária já estão trabalhando em propostas para integrar instrumentos de proteção ambiental ao texto. Elas serão sugeridas ao relator, que tomará a decisão final sobre incluir ou não pontos da agenda verde no parecer final que cria o IBS.

Com o crescimento da agenda de retomada econômica verde pós-pandemia da covid-19, a expectativa é de que Aguinaldo Ribeiro incorpore alguns desses pontos. Entre as propostas em discussão, está a formulação de um tributo mais próximo do imposto sobre carbono, repartição de receita com critérios ambientais e “isenções personalizadas”, na forma de devolução do tributo ao comprador de produtos ambientalmente corretos. Com a pressão que vem recebendo em vários pontos da reforma, não apenas ambiental, o relator tem adotado a estratégia de manter reserva sobre os temas mais polêmicos.

Ribeiro tem optado por fazer comentários mais genéricos para não provocar ruídos que possam prejudicar o calendário da reforma – prevista para ter uma primeira votação ainda em 2020. ‘Imposto do pecado’. O tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados, diz que um dos pontos de atenção na reforma é o chamado Imposto Seletivo, apelidado de “imposto do pecado”. “Uma preocupação é que nele se pretenda incluir a questão das atividades potencialmente poluentes”, diz. Para ele, esse não é um tributo que possa ser criado sem uma discussão prévia, como foi feito na Europa. “O Brasil nem começou esse debate ainda.”

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), avalia que faz sentido ter tributos ambientais do ponto de vista de um bom sistema tributário (mais informações nesta página). A grande questão é o desenho

desses tributos. “Essa é uma questão que não está totalmente resolvida nem no mundo. A tributação do carbono é um pouco mais fácil, porque se consegue fazer a tributação por tonelada de carbono emitida”, avalia Appy, que trabalhou na elaboração da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, conhecida como a reforma tributária da Câmara.

Segundo Appy, um debate que pode ser feito é a tributação de combustíveis fósseis. Hoje, o Brasil tributa os combustíveis fósseis por meio da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cuja alíquota é de R\$ 0,10 por litro de gasolina e de R\$ 0,05 por litro de diesel. O problema, diz Appy, é que o tributo não é usado para fins ambientais, mas para controlar preços e investimentos rodoviários. Uma das alternativas é transformar a Cide num tributo mais próximo do imposto sobre carbono. “Essa talvez seja uma possibilidade que interessa para o setor”, diz.

Para o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Evandro Gussi, é indiscutível que a retomada da economia no Brasil e no mundo terá de se basear em um modelo de baixo carbono. “Se a reforma tributária é para ganho de eficiência da economia brasileira, sem dúvida vai ter de ser pensada nesses termos”, disse. O deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), coordenador da Frente Parlamentar do Meio Ambiente, aposta no protagonismo do Congresso para as escolhas que vão ter impacto nas próximas décadas.

“Deputados e senadores têm a chance de auxiliar na construção de um futuro melhor, a começar por uma reforma tributária que vá além da simplificação”, disse. O Brasil é signatário do Acordo de Paris, tratado internacional que impõe compromissos relacionados à redução da emissão de gases de efeito estufa, com o objetivo global de limitar o aumento da temperatura do planeta. Até 2025, a meta é reduzir em 37% a emissão de gases sobre os níveis de 2005; até 2030, em 43%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/08/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: 3 perguntas para...

Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)

1.O Brasil já tem tributação sobre combustíveis fósseis. Dá para melhorar?

Já temos a Cide-Combustível, que é mal utilizada e não é ambiental. Por que não pensar em transformá-la em algo mais próximo de um imposto sobre carbono? Depois tem uma questão de calibragem de alíquota, que é uma

discussão política que tem de ser feita. Dá para ajustar. Pode ser feito dentro da Cide-Combustível ou colocando dentro do Imposto Seletivo e acabando com a Cide. Existem as duas possibilidades.

2.E a possibilidade de devolução do imposto?

A PEC 45 tem uma possibilidade que a gente chama de isenção personalizada. Em vez de desonerar o produto, devolve-se o imposto para o comprador do produto. Esse modelo, obviamente, pode ser discutido e ser ampliado, para não valer só para a baixa renda, como está na PEC 45.

3.Uma proposta de redução da alíquota pode distorcer o espírito da reforma tributária verde?

O problema de reduzir a alíquota é a porteira. Se abrir a porteira para alguma coisa, vai passar uma boiada. Essa ideia me preocupa muito. Há outros instrumentos, como isenção personalizada com objetivos ambientais. Alguns Estados têm hoje o que eles chamam de ICMS verde na partilha dos recursos com os municípios. Hoje, 25% do ICMS vai para os municípios e, disso, um quarto por lei estadual. Alguns Estados incorporam em suas leis critérios ambientais na partilha. Esse tipo de discussão dá para fazer na reforma tributária.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: TOMADA LIGADA

A Associação de Bares e Restaurantes de São Paulo (Abrasel-SP) entrou com uma ação coletiva contra a distribuidora de energia elétrica Enel pedindo que a Justiça proíba a empresa de cortar o fornecimento de luz de bares e restaurantes com contas atrasadas até o fim do período de pandemia de Covid-19.

Interruptor

A ação também pede a suspensão dos protestos em cartório feitos pela Enel referentes a estabelecimentos inadimplentes em contas de abril, maio e junho, quando estes tiveram que fechar ou funcionar parcialmente como forma de prevenção ao coronavírus.

Luz

Donos de restaurantes reclamam que receberam contas relativas ao período em que ficaram fechados com valores semelhantes aos meses em que funcionavam normalmente.

Energia

A Enel alega que reduziu o número de profissionais que fazem a leitura do medidor de consumo de luz durante os meses de pandemia, e com isso muitos clientes tiveram a conta emitida pela média dos últimos 12 meses. A distribuidora ainda aponta que não cortará o fornecimento de luz até 31 de agosto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/08/2020

Seção: Opinião

Autor: Tadeu Barros - Diretor de Operações do CLP

Título: Lei do Gás acaba com o retrocesso

É unanimidade a urgência de um novo marco legal em substituição à atual Lei do Gás, que fracassou. Ela não introduziu as tão necessárias aberturas, modernização e concorrência no setor e, ao mesmo tempo, paralisou os investimentos no sistema de transporte de gás no país. Na cadeia de valor do gás natural, alguns segmentos possuem atributos de monopólio, a exemplo do transporte e da distribuição. Outros são competitivos, como a produção e a comercialização.

Essa situação tende a criar ineficiências no mercado se não houver arcabouço regulatório que garanta isonomia e impeça a discriminação entre agentes, consumidores e ofertantes. Por isso, muitos países têm modernizado o regramento legal a fim de assegurar o livre acesso e promover a autonomia de segmentos naturalmente monopolísticos dos competitivos, com resultados positivos para o desenvolvimento do setor.

Estamos atrasados pelo menos 40 anos na abertura plena do mercado de gás natural. No Brasil, a produção é altamente concentrada. Aproximadamente 30 empresas atuam na exploração e produção, mas apenas seis são responsáveis por produzir 94% do energético. A Petrobras controla praticamente toda a infraestrutura de escoamento e UPGNs (Unidades de Processamento de Gás Natural).

O modelo verticalizado cumpriu seu papel ao fomentar a expansão inicial do mercado, mas não faz mais sentido para o estágio atual da indústria, trazendo riscos e custos tanto para a Petrobras, quanto para os demais agentes. Aprovar a nova Lei do Gás (PL 6.407/2013) é condição necessária para a retomada dos investimentos no setor.

O paradigma de desenvolvimento, baseado no monopólio de fato da Petrobras, já não tem viabilidade econômica e regulatória. Os agentes que estão entrando no setor precisam de segurança jurídica a fim de realizar investimentos necessários para expansão da infraestrutura e levar o insumo até o mercado.

Se o projeto não for aprovado, a reforma será paralisada no meio do caminho. A Petrobras continuará a única fornecedora, os investimentos continuarão estagnados e os preços continuarão a subir.

Hoje, o gás natural brasileiro está entre os mais caros do mundo. De acordo com o estudo Impactos Econômicos da Competitividade do Gás Natural, realizado pela CNI no ano passado, o preço final do insumo para indústria foi, em média, US\$ 14 por milhão por BTU, mais de 300% superior ao preço médio no mercado dos Estados Unidos e 200% da média na Europa.

O preço elevado está associado ao modelo de desenvolvimento de uma indústria em um mercado sem incentivos à competição e à produtividade. A redução do preço pode ter papel relevante para a retomada do crescimento econômico porque gera potencial de atração de investimentos, empregos e fomenta o desenvolvimento da indústria nacional. Os presidentes da Câmara e do Senado informaram que o parlamento está pronto para retomar a votação das reformas e dos projetos de lei necessários para destravar o investimento e diminuir a insegurança jurídica no país.

A sociedade civil também se mobilizou. O movimento #UnidosPeloBrasil, coordenado pelo CLP (Centro de Liderança Pública), que conta com a adesão de mais de 20 entidades, almeja unir a sociedade civil, o governo e o Congresso em torno de agenda vital de curto prazo para impulsionar a retomada da economia, do investimento privado e do emprego. O objetivo é focar em 25 medidas divididas em três importantes pilares: reformas estruturais, combate às desigualdades e crescimento sustentável.

Nesse contexto, a Lei do Gás é urgente porque viabiliza o setor e lhe prevê maior segurança jurídica. Dessa maneira, diminui-se o atraso na abertura do mercado e ampliam-se as possibilidades de exploração do insumo, com aumento da oferta, melhoria do serviço, diminuição do preço e criação de empregos. Exatamente o ciclo virtuoso para retomar os trilhos do crescimento econômico e um Brasil melhor para todos nós.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Salvador, domingo 23 de agosto de 2020 - Ano 72 - Número 5273 - R\$ 5,00

Governo Trump define como pretende reconfigurar OMC A12
Temperatura baixa e geadas preocupam produtores de trigo no sul do país B9

A Cogna vai reduzir cursos presenciais de 59 para 15, anuncia Rodrigo Galindo B8

Valor

ECONÔMICO
20 de agosto

Balanços surpreendem e JBS toma liderança da Petrobras

Repasse do BC é um socorro para o Tesouro

Destaque

Brasil melhor que países da UE
O Brasil tem o menor índice de desemprego entre os países da União Europeia e o segundo menor entre os países da América Latina. Segundo a OMC, o Brasil é o país com o melhor desempenho econômico no mundo. A OMC também afirmou que o Brasil é o país com o melhor desempenho econômico no mundo.

Os valores que vão de norte
A Petrobras anunciou o balanço do primeiro trimestre de 2020. A empresa registrou um lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão, o mesmo valor registrado no mesmo período de 2019. A Petrobras também anunciou que vai reduzir o número de cursos presenciais de 59 para 15.

As cinco maiores
A Petrobras é a maior empresa do Brasil, seguida pela Vale, a Braskem, a Usiminas e a Sinopec.

Repasse do BC é um socorro para o Tesouro
O Banco Central repassou para o Tesouro Nacional R\$ 100 bilhões, o que ajudará o governo a pagar suas dívidas.

Editorial

"Jair 'paz e amor' veio para ficar"
A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi um marco na história do Brasil. Desde então, o Brasil tem vivido uma transformação profunda. A eleição de Bolsonaro foi um marco na história do Brasil.

Brasil: as vitórias da diversidade

O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e étnica. A diversidade é uma das maiores riquezas do Brasil.

Primeira ampla capacitação

O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e étnica. A diversidade é uma das maiores riquezas do Brasil.

Flexibilidade nos grandes ritmos

O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e étnica. A diversidade é uma das maiores riquezas do Brasil.

Plataformas de negócios e serviços

O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e étnica. A diversidade é uma das maiores riquezas do Brasil.

Indicadores

O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e étnica. A diversidade é uma das maiores riquezas do Brasil.

Novas fases

O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e étnica. A diversidade é uma das maiores riquezas do Brasil.

LIVE VALOR

O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural e étnica. A diversidade é uma das maiores riquezas do Brasil.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1894 - 1927)

Segunda-feira 24 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46332

estadao.com.br

Retomada Verde



A 'GERAÇÃO GRETA'

Jovens brasileiros, a maioria entre 17 e 20 anos, se inspiram na ativista sueca Greta Thunberg e organizam manifestações para cobrar medidas dos governos em defesa do meio ambiente. Eles fazem parte do "Fridays for Future", grupo criado por Greta em 2018, e já arrecadaram quase R\$ 1 milhão para a proteção dos povos indígenas da Amazônia. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Hospitais esperam uma 'avalanche' de cirurgias sem urgência

Só no SUS, 388 mil procedimentos deixaram de ser feitos durante a quarentena

Hospitais e profissionais de saúde das redes pública e privada esperam uma "avalanche" de cirurgias eletivas – que não são urgentes e podem ser marcadas com antecedência – com a flexibilização do isolamento social. A realização desse tipo de procedimento caiu 61% entre março e junho no SUS, em comparação com anos anteriores, o que quer dizer que 388 mil cirurgias não urgentes deixaram de ser feitas só

“A segunda onda será causada pelos pacientes que voltarão piores do que antes da pandemia”

GUSTAVO JUDAS, PRES. DA SOCIEDADE DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR DE SP

na rede pública. Em algumas áreas, como urologia e cirurgias abdominais, a estimativa é de que até 80% dos proce-

dimentos previstos foram adiados na quarentena. A situação não é diferente na rede privada, que prevê queda de até 20% da receita neste ano sem a realização de cirurgias. Os médicos também temem que tradicionais "gargalos" do SUS, como os tratamentos de câncer em estágio avançado e transplantes de órgãos, sofram ainda mais com a demanda a partir de agora. **METRÓPOLE / PÁG. A9**

STF decide se estatais podem dispensar funcionários

OSTF deve decidir em breve se estatais podem dispensar funcionários sem motivação formal, processo que corre há mais de 20 anos. Hoje, as dispensas só ocorrem por justa causa ou por programas de incentivo à demissão e aposentadoria. Os funcionários de estatais entram nas empresas por concurso público, mas não têm estabilidade formal. Há 476.644 empregados nessas empresas. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3**

● **Empresas buscam agilidade**
Acordos entre grandes empresas e startups cresceram 20 vezes em cinco anos, segundo a plataforma 100 Open Startups. **PÁG. B5**

Questionado sobre Queiroz, Bolsonaro ameaça repórter

Jair Bolsonaro disse ontem ter "vontade de encher de porrada" um repórter do jornal *O Globo*. A reação do presidente foi a um questionamento do jornalista sobre os repasses do ex-assessor de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Entidades em defesa da liberdade de imprensa reagiram à ameaça e cobraram uma "reação contundente" do Legislativo e do Judiciário. O Palácio do Planalto não comentou. **POLÍTICA / PÁG. A5**

● **Mais mulheres nas eleições**
A corrida à Prefeitura de São Paulo deve ter o maior número de vices mulheres da história. São cinco pré-candidatas, número que ainda pode aumentar. **PÁG. A4**

Covid-19 causa problemas no coração de infectados

Dados recentes têm mostrado que os danos mais graves do novo coronavírus podem ser ao coração, contraindo a impressão inicial de que se tratava de uma doença pulmonar. A miocardiite (inflamação do músculo cardíaco) associada à covid-19 é um problema que médicos começam a notar com mais frequência. A doença pode ter ainda efeito indireto: desde o início da pandemia, houve aumento de 31,8% no número de mortes dentro de casa por doenças cardiovasculares. **METRÓPOLE / PÁG. A10**

Trump anuncia uso de plasma contra doença

Às vésperas da convenção para reafirmar seu nome à reeleição, Donald Trump anunciou uso de plasma de pacientes recuperados de covid-19 no tratamento de infectados. Cientistas consideram que testes ainda são "frágeis". **METRÓPOLE / PÁG. A11**

● **A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)**

TOTAL DE MORTES	114.772
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	495
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	985
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.605.726
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	23.028
TOTAL DE RECUPERADOS	2.739.035
RECUPERAÇÃO POR 100 MILHÕES DE HABITANTES	100

Tempo em SP 8º Min. 19º Máx.

Esportes



Irretocável. Lewandowski confere troféu; alemães fizeram campanha perfeita, com 11 vitórias em 11 jogos.

Bayern bate PSG e leva Liga pela 6ª vez

Com 11 vitórias em 11 jogos, o Bayern de Munique levou ontem o título da Liga dos Campeões da Europa pela sexta vez. A conquista veio com a vitória por 1 a 0 em cima do Paris Saint-Germain, de Neymar, em Lisboa. Durante o jogo, os alemães mantiveram mais a posse de bola, enquanto o PSG preferiu atuar no contra-ataque. Em duas ocasiões, qua-

Robson Moretti
Apesar da derrota na decisão, Neymar encerra a temporada europeia em alta e com mais prestígio. **PÁG. A14**

categorias de base do time francês. Apesar da frustração com a derrota, a campanha do PSG na competição foi histórica e a melhor desde a contratação de Neymar para o time em 2017. Antes da decisão de ontem, os franceses nem sequer tinham passado das oitavas de final na Liga dos Campeões. **PÁG. A13**

NA QUARENTENA
SP-ARTE GANHA 1ª EDIÇÃO DIGITAL, COM 136 GALERIAS

Em 16 anos de existência, feira estreia hoje sua versão virtual, em que estarão obras como a de Eleonore Koch (foto). **PÁG. H1**



O RETORNO DO PIANISTA LANG LANG

Após pausa de um ano, músico chinês volta com projeto dedicado a Variações Goldberg, de Bach. **PÁG. H6**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Demografia e políticas públicas

As mudanças demográficas observadas atualmente resultam em sensíveis mudanças na estrutura da população do Estado de São Paulo. O que exigirá políticas públicas condizentes. **PÁG. A3**

O mapa da destruição

Os locais onde ocorre o desmatamento são os mesmos há anos e mesmo décadas. **PÁG. A3**



COMEÇA HOJE!

SP-Arte Viewing Room

24-30 agosto

sp-arte.com/viewing-room

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 • Nº 33.381

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

ENTREVISTA DA 2ª

Dani Rodrik

Globalização idealizada até surgir vírus é inatingível

O professor de economia da Universidade Harvard afirma que a Covid-19 ajudou a desacelerar cadeias de valor globais e que este tipo de hiperglobalização, após a pandemia, "não é mais atingível".

Segundo Dani Rodrik, populistas de direita passaram a compreender que não se pode ter democracia, soberania nacional e globalização econômica ao mesmo tempo. A12

Corte de jornada freia demissões, mas acende alerta

O programa de suspensão de contratos e redução da jornada ajudou a estancar demissões durante a pandemia, mas especialistas avaliam que o fim do período de estabilidade pode levar a um boom de cortes no final do ano. Mercado A15

Presidente usa ações de Lula como base na área social

Com o auxílio emergencial alavancando a popularidade, o presidente lança nova investida na área social. O pacote usa como base programas do antecessor petista, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Mercado A14



Neymar passa ao lado da taça da Champions ao receber o prêmio de vice; ele deixou Portugal, onde ocorreu a fase final, sem marcar nenhum gol. Miguel A. Lopes/APP

Esporte B10

Triunfo do coletivo

Vitória por 1 a 0 sobre o estrelado PSG dá ao Bayern o primeiro título da Champions com aproveitamento de 100% na campanha

PVC

Neymar ficou distante de ser o melhor do mundo

Esporte B11

Governo desmonta ação de combate a abuso infantil

Serviço telefônico federal omite o encaminhamento de mais de 86 mil denúncias

O governo Jair Bolsonaro excluiu do último relatório do Disque 100 as informações sobre o encaminhamento e as respostas dadas a todas as denúncias de violações recebidas, inclusive as de violência infantil, feitas a órgãos de apuração e proteção.

O Disque 100 é um canal que atende relatos de violação de direitos humanos.

Foram formalizadas 86.837 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, que representam 55% do total recebido — alta de 13,9% sobre 2018.

O maior volume diz respeito a negligência (38%), enquanto a violência sexual representa 11%. Há ainda violência psicológica (23%) e física (21%), entre outras.

A questão é que não se sabe o que foi feito a partir das denúncias — nem mesmo se foi tomada providência. "Diante do caso da menina de 10 anos que teria sido violentada por 4 anos, essa questão dos retornos e encaminhamentos se torna mais crucial", diz Ariel de Castro, do Conselho Estadual de Direitos Humanos de SP.

À Folha o Ministério da Mulher, da Família e de Direitos Humanos afirmou que a exclusão dos dados foi uma "decisão editorial", mas que todas as denúncias são encaminhadas aos órgãos da rede de proteção. Cotidiano B1

Tentaram desencorajá-la, diz secretário do ES sobre garota estuprada Cotidiano B2



Policiais fazem bloqueio contra manifestantes em Minsk; 100 mil se reuniram no país em novo ato contra vitória, anunciada pelo governo, do ditador bielorrusso nas eleições. Sergei Gapon/APP

EDITORIAIS A2

Recaída casuística

Acerca de reeleição dos presidentes do Legislativo.

Anatomia da censura

Sobre projeto que veda nudez em exposições no DF.

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 197.389.357

VISITANTES ÚNICOS 36.715.331



folhainvest A16

Selic menor faz imóvel voltar a ser opção para investir

folhainvest A17

Corte nos juros pode inviabilizar fundos de renda fixa

Mercado A13

Turismo corporativo despenca quase 90% com a pandemia

Milhares voltam às ruas em Belarus apesar de pressão

Mesmo sob intimidação, mais de 100 mil participaram ontem em cidades bielorrussas de atos contra o ditador Alexandr Lukashenko, relata Ana Estela de Sousa Pinto. Mundo A11

Sob pressão, Trump protagoniza convenção com radicais A10

A vontade é encher tua boca com uma porrada, tá?
Jair Bolsonaro, ao ser questionado sobre depósitos de Queiroz para Michelle

Leandro Colon

Bolsonaro brigão adota a tática de intimidar repórter

O tal Jair Bolsonaro "paz e amor" é um grande disfarce. Talvez passe pela cabeça do presidente que, ao ameaçar, agredir e ofender repórteres, a imprensa se intimide e pare de questioná-lo sobre temas graves que o envolvem. Opinião A2

Após 5 meses, Brasil tenta ampliar testes de Covid-19

Fundamental para o controle do novo coronavírus, a capacidade de testagem no país ainda engatinha mesmo com cinco meses de pandemia. Mas as inaugurações de uma unidade da Fiocruz no Rio e de uma outra próxima a Fortaleza podem finalmente elevar o patamar do Brasil ao de países como Estados Unidos e Inglaterra. Saúde B4

Arrecadação cai em 19 capitais no primeiro semestre

Mercado A13

Governo já pensa em plano B para comandar Senado

Poder A5

Siglas têm poucos candidatos negros, apesar de ativismo

Poder A5

Pandemia no Brasil

Brasil
Total 3,6 mil
Casos 38 mil
Óbitos 114,8 mil
Dados dos 20h de 23 ago. *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido



Estados com mais óbitos

1º SP 28,5 mil
2º RJ 15,3 mil
3º CE 8,3 mil

Situação nos municípios

■ Acelerado
■ Estável
Goiânia (GO)
Duque de Caxias (RJ)
São José do Rio Preto (SP)
Aparecida de Goiânia (GO)

Brasília (DF)
Guarulhos (SP)
Campinas (SP)
Curitiba (PR)



Conteúdos múltiplos
Acesse conteúdos de seu celular para o O Globo e para o app do O Globo. Basta acessar o link e baixar o aplicativo. Assim, você poderá ler o jornal em qualquer lugar.



QUANTO À QUANTIDADE
Após depressão e possível suicídio, Katy Perry tenta dar gestos de mudança pessoal



O GLOBO

Brasão (Brasil) (2020) (2020) (Brasil) (Brasil)

EFEITO DA PANDEMIA

Orçamento do próximo ano não terá bloqueio de recursos

Teto de gastos será o único freio ao avanço das despesas. Pastas disputam verbas

O governo não tem intenção de bloquear o crescimento do orçamento para o próximo ano, segundo o ministro da Fazenda, Paulo Guedes. Ele afirmou que o único mecanismo para controlar os gastos será o teto de despesas, que será estabelecido no fim do ano. Guedes disse que o governo não quer limitar o crescimento do orçamento, mas quer garantir que os gastos não ultrapassem o limite estabelecido. Ele também mencionou que o governo está trabalhando para garantir que o orçamento seja equilibrado e que não haja aumento da dívida pública.

Bolsonaro ameaça jornalista ao ser questionado sobre Queiroz

O presidente Jair Bolsonaro ameaçou um jornalista ao ser questionado sobre o caso do goleiro Alisson Becker, que foi acusado de assédio sexual. Bolsonaro afirmou que o jornalista estava tentando "manipular a opinião pública" e que ele, o presidente, não se deixaria "manipular por ninguém". Ele também mencionou que o caso de Alisson é uma "farsa" e que ele não acredita nas acusações.

Calaboca Jamorreu!

Calaboca Jamorreu! É o slogan da campanha de arrecadação de fundos para a construção de uma escola em uma comunidade carente. A campanha foi lançada por um grupo de voluntários e já arrecadou mais de R\$ 100 mil em doações. O grupo planeja construir uma escola de ensino fundamental com 20 salas de aula e uma quadra de esportes.

Defesa pagará R\$ 145 milhões por salários para Assembleia
A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou uma lei que determina que o Estado do Rio de Janeiro deve pagar os salários dos membros da Assembleia Legislativa. A lei prevê que o pagamento será de R\$ 145 milhões por ano. A Assembleia também aprovou uma lei que determina que o Estado deve pagar os custos de funcionamento da Assembleia.

República de o início à reforma constitucional de 2019
O Congresso Nacional aprovou a reforma constitucional de 2019, que altera a estrutura do Poder Judiciário. A reforma prevê a criação de um novo órgão, o Conselho Nacional de Justiça, que será responsável por administrar o Poder Judiciário. A reforma também prevê a extinção do Conselho Nacional de Desporto e a criação de um novo órgão, o Conselho Nacional de Esportes.

Estado planeja reforma da lei da educação
O Estado do Rio de Janeiro planeja uma reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A reforma prevê a criação de um novo órgão, o Conselho Estadual de Educação, que será responsável por administrar o sistema de ensino do Estado. A reforma também prevê a extinção do Conselho Estadual de Cultura e a criação de um novo órgão, o Conselho Estadual de Cultura e do Patrimônio Histórico.

INCONTINENTÁVEL

Futebol coletivo do Bayern vence a Champions League



O Bayern de Munique venceu a final da UEFA Champions League contra o Paris Saint-Germain (PSG) por 1 a 0. O gol foi marcado por Kingsley Coman no primeiro tempo. O Bayern venceu a partida por 3 a 1 no agregado. O Bayern é o primeiro clube alemão a vencer a Champions League.



Empate em jogo de futebol
O jogo entre o Bayern de Munique e o PSG terminou em um empate por 1 a 1 no primeiro tempo. O gol do Bayern foi marcado por Kingsley Coman e o gol do PSG foi marcado por Kylian Mbappé.

Clássico decisivo no fim
O jogo entre o Bayern de Munique e o PSG terminou em um empate por 1 a 1 no primeiro tempo. O gol do Bayern foi marcado por Kingsley Coman e o gol do PSG foi marcado por Kylian Mbappé.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1900, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.911 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50



Bailão da covid

Em plena pandemia, festa com palco, DJs e animadores em chácara na BR-060, em Samambaia, desobedece à orientação de distanciamento social e atrai centenas de pessoas. Nas imagens, a maioria dos participantes do evento aparece aglomerada e sem máscara. Ontem, no DF, foram registradas mais 17 mortes por coronavírus e 1.871 casos.

PÁGINA 14



CASO NAJA LEVA PMA INVESTIGAR CORONEL

Padrasto do jovem picado por serpente, o oficial Clóvis Eduardo Condi foi indiciado 23 vezes. Afastado das funções, ele responderá, entre outros, por tráfico de animais e associação criminosa. E pode pegar até 30 anos de prisão.

PÁGINA 15

Justiça, polícia e Vaticano na cola do padre Robson

Celebridade nas redes sociais, com milhões de seguidores, o sacerdote caiu em desgraça depois de ser alvo da Operação Vendilhões, realizada na sexta-feira pela Polícia Federal. Reitor do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, que todos os anos

atrai milhares de pessoas a Trindade, na Região Metropolitana de Goiânia, o Padre Robson de Oliveira é acusado de desviar pelo menos R\$ 120 milhões dos recursos doados por fiéis. Parte do dinheiro teria sido usada na compra de itens de luxo e imóveis,

como fazenda de R\$ 6 milhões em Abadiânia (GO) e casa de praia de R\$ 2 milhões na Bahia. Ele foi afastado do comando do complexo religioso ligado à Igreja Católica e, além da Justiça brasileira, pode ser alvo de punições do Vaticano. PÁGINA 5



15 ANOS a serviço da vida

É arriscado, incansável e essencial o trabalho da equipe do Samu. Somente neste ano, foram feitos mais de 190 mil atendimentos regulares. O serviço, que integra o batalhão de combate ao novo coronavírus, tem núcleo pioneiro e de referência no Brasil, no atendimento de transtornos mentais e psicológicos. PÁGINA 17

Governo lança pacote de olho na reeleição

Batizado de Pró-Brasil, o conjunto de medidas a ser anunciado amanhã tem o objetivo de criar programa social com a marca de Bolsonaro e de estimular a economia no pós-coronavírus. Para isso, o Planalto aposta na atração de investimentos privados, com desburocratização, privatizações e também com obras públicas.

PÁGINA 2

"Vontade é encher tua boca na porrada", diz Bolsonaro a repórter

Declaração irada do presidente ocorreu durante visita à Catedral de Brasília, quando um jornalista perguntou sobre a origem de cheques que teriam sido depositados por Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Políticos e entidades, como a ABI e a ANJ, repudiaram a decompostura. PÁGINA 3

Os riscos da ideologização

Em entrevista ao *Correio*, o embaixador Rubem Barbosa diz que o país não pode estar a serviço de partidos ou ideologias e negacionismo ambiental. PÁGINA 4

Mediação garante trabalho

MPT recebe 29 mil denúncias relacionadas à covid-19. Para o procurador-geral, Alberto Balazeiro, o objetivo é construir consenso entre patrões e trabalhadores. PÁGINA 6

BAYERN FAZ A FESTA!

Time de Munique vence sua sexta Champions League

Equipe alemã mostra força, bate PSG, por 1 x 0, e confirma o favoritismo. As lágrimas, Neymar lamenta derrota, mas ressalta o espírito de luta.

PÁGINA 12



NA MIRA

Registro de armas de fogo cresce no DF

A Polícia Federal expediu 217 autorizações para brasileiros em junho, contra 109 liberações feitas em maio, um aumento de 100,92%.

PÁGINA 13

PEDOFILIA

Preso depois de estupro garoto de 13 anos

Crime ocorreu no Guarã. Avó da menina denunciou homem de 53 anos à polícia e disse que ele tinha acesso à casa porque era de confiança da família.

PÁGINA 14



CLASSIFICADOS: 3342.1000 - ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 - assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(061) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .